

S

E

N

300 mil mortes

C

I

D

A

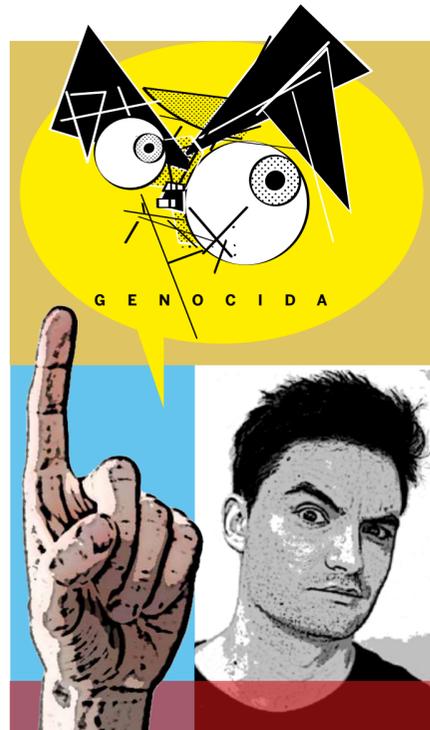
EDITORIAL

NÃO TEM OUTRO NOME: GENOCIDA

DIRETORIA

Nenhum texto essa semana poderia começar sem a constatação da marca macabra de 300 mil mortes causadas pela covid-19 no Brasil. São mães, pais, filhos, cônjuges, avós que jamais voltarão para os braços de seus entes queridos, uma multidão que transformaria em cidades fantasmas mais de 98% dos municípios brasileiros. Uma tragédia. No entanto, um ano depois das primeiras suspensões das atividades presenciais, não dá mais para evitar o diagnóstico do mal que nos acomete. Não foi incompetência, ou falta de recursos. Não foi uma “fatalidade”, apenas. Houve ridicularização do uso de máscaras. Houve ataque às nações que produzem vacina. Houve dolo. E não tem outro nome para quem colabora para a disseminação de uma doença assassina: quem faz isso é genocida.

Não estamos acostumados a esse tipo de governantes. Então é normal que a denominação possa causar algum desconforto. Genocídio, afinal, é coisa muito séria, e ninguém quer diminuir as horríveis matanças que macularam a humanidade ao fazermos comparações levianas com tal e qual posicionamento político com o qual não concordamos. Mas é preciso reconhecer que agora é diferente. Desde a redemocratização, fomos governados à direita e à esquerda, e muito embora a violência urbana e rural tenha sido um grave problema nesse período, nunca houve esse impulso de morte que caracteriza o governo



Bolsonaro. A celebração de miliciano condenado, o desejo de mandar a “petralhada” para a “ponta da praia”, a exaltação de um infame torturador, tudo isso faz parte de uma paixão pela violência que, pelo menos demonstrada de forma tão explícita, é inédita. Quando, portanto, esse ímpeto belicoso encontra um vírus letal como o Sars-Cov-2, produzem-se as cenas deploráveis que vimos na nossa temporada de terror: “Não sou covete”, foi a resposta a 2.500 mortes. “E daí?”, quando chegamos a 5 mil. Ao passarmos de 90 mil fomos saudados com “Tá com medo de quê? Enfrenta!”, e, aos 160 mil mortos, recebemos “Tem que deixar de ser um país de maricas!”. Ou seja, temos um presidente que claramente não liga se teremos dez, mil, ou um milhão de mortos.

Bom, poderia se argumentar aqui que temos apenas uma retórica do ódio, curada para saciar a sua base mais fiel (o que também é assustador), mas que as ações do governo não refletiriam as palavras do mandatário. Pois bem, hoje temos indicações consistentes – ver, por exemplo, o 10º Boletim Direitos na Pandemia, editado pelo CEPEDISA/FSP/USP – que as normas e atos do governo federal tinham por objetivo propagar o vírus o mais eficientemente possível, para que a economia (?) pudesse voltar ao normal (??) o mais rápido possível. Ou seja, temos um presidente que despreza a vida, cercado de subalternos que estão dispostos a fazer o trabalho sujo para que a pandemia no Brasil desapareça o mais rápido possível, mesmo que seja por um massacre a caminho da imunidade de rebanho sem vacina.

Felipe Neto estava certo.

ASSEMBLEIA ELEGE DELEGAÇÃO AO CONSELHO DO ANDES

■ A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller (como delegada, com direito a voto), e os professores Herli de Menezes e Luis Acosta (como observadores) compõem a delegação da universidade ao 11º Conselho Extraordinário do Andes (Conad), uma das instâncias deliberativas do Sindicato Nacional dos docentes universitários. Os nomes foram eleitos em assembleia realizada no dia 19.

O encontro ocorre entre os dias 27 de março e 3 de abril, de forma virtual, e tem como tema central “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do Andes-SN”. Eleonora defendeu que o evento seja uma oportunidade para a união de todos os professores em torno de uma agenda clara. “Espero que a gente saia do Conad com orientações claras e unitárias, e que não haja a repetição de um discurso que só favorece disputas internas”, disse a professora.

Ainda na assembleia, alguns professores demandaram que a AdUFRJ atue em ações sociais, como as cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). O diretor Josué Medeiros respondeu que o sindicato já fez uma doação de R\$ 5 mil para a iniciativa. “Nossa ideia era não só apoiar financeiramente, mas visitar o local onde

funciona a cozinha com uma comitiva de docentes da UFRJ”, explicou. Mas a visita ficou impossibilitada pelo recrudescimento da pandemia.

Na avaliação de Josué, a assembleia foi bastante positiva. “Já estamos fazendo ações de solidariedade desde o começo da pandemia. Ver a ideia pautada na assembleia reforça que esse caminho tem que continuar”, ponderou (leia mais sobre as ações da AdUFRJ na página 8 desta edição). Josué também considerou positiva a unidade em torno do discurso de enfrentamento às políticas do governo. “Estamos tendo unidade no movimento de enfrentar Bolsonaro e impedir que o genocídio continue”. (Lucas Abreu)



ALESSANDRO COSTA

PLENÁRIA DE DOCENTES EM DEFESA DA VIDA

■ Unidade em defesa da vida, pela vacinação já, contra o governo genocida e em defesa do serviço público. Esses foram os principais temas que marcaram a Plenária de docentes das instituições de ensino superior do Rio de Janeiro, na quarta-feira (25). O evento virtual, organizado pela Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, contou com o apoio da AdUFRJ, ADES Faetec, Asduerj, Adunirio e Aduff.

Cerca de 130 docentes, de todas as instituições de ensino superior do estado, participaram da plenária. “Apesar do momento muito triste que estamos vivendo, é uma alegria poder estar em uma plenária composta por docentes das diversas seções sindicais do Rio de Janeiro”, saudou a professora Elizabeth Barbosa, 1ª vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN. “Que-

remos afirmar aqui a defesa da vida. Estamos aqui pela rejeição da reforma administrativa, que ataca os serviços públicos, pelo lockdown, para defender um auxílio-emergencial digno e pela vacinação urgente de toda a população”, justificou.

O professor Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ, fez uma avaliação positiva do encontro. “Foi demonstrada uma unidade muito grande, e que o objetivo dos docentes deve ser batalhar por vacina para todos, pelo fim desse governo destruidor e lutar contra as reformas que estão por vir”, disse. “A PEC emergencial passou, mas agora temos de batalhar para conseguir resistir à reforma administrativa e a outras investidas do governo, como o estrangulamento do orçamento das universidades e da pesquisa”, apontou. Para Felipe, a plenária mostrou que há muita vontade política de fazer uma luta unificada. “O clima construtivo da plenária estava muito bom”, afirmou. (Lucas Abreu)

VITÓRIA DA DEMOCRACIA NO CEFET-RJ

■ Eleito em maio de 2019, o professor Maurício Saldanha Motta foi finalmente nomeado diretor-geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ), nesta quinta-feira (25). Durante o período de quase dois anos, o Cefet esteve sob o comando de interventores indicados pelo governo Bolsonaro. A nomeação reflete o início de um julgamento no Supremo Tribunal Federal. A ministra Cármen Lúcia votou, semana passada, pela inconstitucionalidade do trecho do decreto presidencial que permite ao ministro da Educação indicar interventores para a direção de institutos federais de educação. A ministra é a relatora do caso.

UFRJ mantém calendário acadêmico no “superferiado”

> Estão asseguradas as atividades presenciais em serviços essenciais, como nas unidades hospitalares e nos laboratórios. Aulas remotas na graduação e na pós seguem sem alteração

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

O calendário acadêmico da UFRJ será preservado sem qualquer alteração no “superferiado” aprovado esta semana pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. No período entre sexta (26) e o início da Semana Santa (2), somente ficarão suspensas as atividades presenciais não essenciais. As informações foram confirmadas ao **Jornal da AdUFRJ** pela reitora, a professora Denise Pires de Carvalho.

As medidas são respaldadas pela Advocacia-Geral da União: “Há entendimento da AGU que as federais têm autonomia para decidir de maneira discricionária”, afirmou a reitora. A decisão também reflete a atuação institucional até o momento, sempre consultando os especialistas do Grupo de Trabalho sobre o coronavírus: “A UFRJ está com suas atividades presenciais não essenciais suspensas há mais de um ano. Temos sido exemplo de atuação no combate à covid-19, protegendo nossa comunidade acadêmica. Não há casos de transmissão interna. Mesmo os casos que ocorreram no ambiente acadêmico, por contágio externo, foram rapidamente diagnosticados, e os contactantes rastreados, como deveria ocorrer com a população em geral”.

Em nota divulgada na noite do dia 23, a administração central estabeleceu que as aulas, a Jornada de Iniciação Científica e as ações de extensão remotas estão mantidas até o dia 4 — prazo final estabelecido na lei estadual e também no decreto municipal da capital com as medidas restritivas. Mas a reitora esclareceu que o feriado religioso já estava previsto na resolução do Consuni sobre o calendário acadêmico. “Imaginamos que a comunidade acadêmica esteja bem informada sobre o calendá-

rio interno que prevê a Semana Santa. As atividades presenciais não essenciais estão suspensas, inclusive os estágios de término de curso, a menos que sejam consideradas essenciais pelos coordenadores”.

No acesso aos laboratórios, nenhuma mudança. “Atividades essenciais, como o cuidado com a vida de animais de experimentação, a limpeza dos ambientes, o cultivo de células e agentes infecciosos, vão continuar como vêm ocorrendo neste último ano. Na verdade, nunca houve feriados garantidos para as pessoas que trabalham com essas atividades, independentemente de pandemia”. Não há atividades de extensão presenciais autorizadas no momento. As remotas prosseguem.

Entre as ações administrativas, a novidade é a suspensão das provas de concursos previstas para o período. “Cerca de dois a três concursos”. Os colegiados seguirão se reunindo virtualmente. “Apenas atividades administrativas essenciais serão presenciais. Retornamos para as mesmas medidas de março de 2020”.

Linha de frente no combate à pandemia, a universidade também não terá qualquer mudança na rotina das unidades hospitalares e do Centro de Triagem Diagnóstica (CTD). Muito menos no funcionamento dos postos de vacinação *drive-thru* do Fundão, Praia Vermelha e Sambódromo, coordenados pela UFRJ. Nem mesmo no sábado da Semana Santa (3). “A Secretaria Municipal de Saúde confirmou vacinação nos *drive-thrus* no Sábado de Aleluia. A vacinação é atividade essencial. Se houver vacinas, haverá funcionamento. A UFRJ estará sempre, mais ainda agora, a serviço da sociedade. Agradecemos todos os voluntários, à Escola de Enfermagem e à Prefeitura Universitária”, disse a dirigente. O restaurante universitário central, no Fundão, segue a operação adotada durante a

UFRJ: O QUE FUNCIONA E O QUE NÃO FUNCIONA NO “SUPERFERIADO”

AULAS REMOTAS

Calendários de graduação e pós mantidos sem alteração

LABORATÓRIOS

Os que envolvem atividades essenciais continuam funcionando

EXTENSÃO

Mantidas as ações remotas

PROVAS DE CONCURSOS

Estão suspensas

UNIDADES HOSPITALARES E CTD

Funcionamento normal

POSTOS DE VACINAÇÃO DRIVE-THRU

Se houver vacina, funcionamento inclusive no Sábado de Aleluia. A vacinação acompanha as determinações da SMS. Por enquanto, a meta é vacinar todos acima de 60 anos. Depois, profissionais da saúde e educação, juntamente das pessoas com comorbidades

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO CENTRAL

Opera no sistema de delivery, sem salão aberto



pandemia, com *delivery* e sem salão aberto.

Médica, a reitora considera que as medidas adotadas pela Prefeitura do Rio são necessárias, mas ainda insuficientes. “Enquanto a população acima de 60 anos não estiver toda vacinada com as duas doses, o país deveria entrar em *lockdown*”. As pessoas devem permanecer em casa, em trabalho remoto”, avalia. “Há vários serviços que não são essenciais e deveriam estar fechados, para diminuir a circulação de pessoas que são as fontes virais”, completa. A professora cita as feiras livres e móveis e a hotelaria como atividades que deveriam ser suspensas.

REPERCUSSÃO

Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller destacou

que o Governo do Estado está alinhado ao Executivo federal na política de recusar e boicotar ações mais efetivas de combate à pandemia. “Esse feriado é um arremedo criado por quem não tem a coragem política de enfrentar a discussão principal, de medidas claras de orientação e restrição das atividades”. Entre os professores, Eleonora entende que uma grande parte não queria mudanças no calendário, mas outra parte ansiava pela suspensão total desses dias de atividades acadêmicas “para recompor as forças”. “São compreensões absolutamente legítimas do problema. Foi importante a reitora tomar uma decisão rapidamente, qualquer que fosse, para não tumultuar mais ainda a vida das pessoas”, avaliou.

Já para o vice-presidente da

AdUFRJ, o professor Felipe Rosa, apoiou a decisão da universidade pela manutenção do calendário acadêmico. “A decisão da Alerj fez a diferenciação que a antecipação dos feriados não vale para os serviços remotos, onde está a maioria dos docentes. A suspensão das aulas remotas só iria atrapalhar os planos dos professores em um semestre já apertado”, disse. Felipe também se manifestou sobre o adiamento das provas de concursos marcadas para os próximos dias. “Adiamento de concursos é sempre uma pena. Mas é totalmente compreensível. Neste contexto, o combate à pandemia é muito mais importante”, afirmou.

Representante do DCE Mário Prata, Antônia Velloso disse que a entidade não teve tempo de discutir o tema. Mas os relatos recebidos dos colegas estudantes mostram realidades distintas. Uma parte defendia a continuidade do calendário, pois temia uma redução ainda maior do semestre. Outra parte gostaria da aplicação dos feriados para descansar a mente e também para se estruturar melhor para o ensino remoto.

“A discussão fica prejudicada pela forma atropelada com o calendário foi construído na UFRJ, com períodos muito curtos de aulas e de recessos, e pela irresponsabilidade do governo federal, que desestabiliza a saúde dos estudantes”, completou.

A AdUFRJ e o Sintufjr divulgaram nesta quinta (25) uma nota conjunta em que defendem que a universidade matenha o trabalho presencial “somente para combater a pandemia, salvar vidas e proteger a UFRJ de perdas irreparáveis”. As entidades se solidarizam com as famílias de vítimas da covid-19 e conclamam a reitoria a instituir uma Coordenação de Biossegurança, com a participação de representantes dos diversos centros e unidades, “para tratar das ações de combate à pandemia na UFRJ”.

O QUE OUTRAS UNIVERSIDADES DECIDIRAM

UERJ

Não terá expediente do dia 26 de março a 4 de abril, sendo suspensão inclusive o trabalho remoto. Também não deverão ser realizadas atividades acadêmicas. A vacinação no campus Maracanã, tanto no posto de pedestres (primeira dose) quanto no *drive-thru* (segunda dose), será mantida de segunda a sexta-feira, das 9h às 15h, exceto no dia 2 de abril.

UFF

Calendário acadêmico remoto prossegue sem alteração. Somente as atividades acadêmicas relacionadas ao estágio/internato da área de Saúde continuarão em funcionamento.

UFRRJ

Continua em bandeira vermelha, conforme definido pelo Comitê Coronavírus, o que restringe as

rotinas presenciais às atividades essenciais como segurança, posto médico e algumas ações em pró-reitorias. O calendário de atividades remotas permanece inalterado. As atividades de limpeza e obras serão interrompidas.

UNIRIO

Calendário acadêmico continua sem alteração. Recomenda que, preferencialmente, as ativida-

des acadêmicas e pedagógicas, nesse período municipal regulamentado, ocorram de maneira assíncrona. Algumas ações administrativas desenvolvidas presencialmente deverão ser reformuladas durante o “superferiado”.

USP

Em São Paulo, a antecipação dos feriados ocorreu por decreto municipal. Mas, de qualquer forma,

não haveria interferência. As aulas de graduação terão início em 12 de abril. Em função do decreto da fase de emergência pelo Governo do Estado, as atividades presenciais já haviam sido suspensas. Somente as atividades essenciais vinculadas à Saúde são mantidas.



Volta às aulas: 2020, o ano que ainda não terminou

> Após apenas duas semanas de recesso, aulas remotas recomeçam na graduação para o período 2020.2. Docentes tentam manter motivação dos alunos, que buscam cuidar da saúde física e mental

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica @adufjrj.org.br

“No Brasil, vivemos aquele célebre ditado que o ano só começa após o Carnaval. Mas nesse ano não teve Carnaval, e temos a sensação de que 2020 não acabou”, define a diretora do Campus Caxias, Juliany Rodrigues, para expressar a sensação de estranhamento e cansaço de muitos professores e alunos no início de mais um período letivo remoto, após um breve recesso. “A impressão que dá é que estamos em um barco e a vida vai levando. Tenho a sensação hoje, numa terça-feira, de que meu corpo já está na sexta-feira pelo cansaço que estou sentindo”, conta a professora.

Com a universidade funcionando inteiramente de modo remoto na graduação, algumas mudanças estruturais estão previstas para o Campus Caxias. “Estamos resolvendo problemas

do passado, e avançando na construção da nossa subestação elétrica, que vai começar a ser construída na próxima semana”, afirma. Em relação ao ensino, a diretora priorizou para 2020.2 as medidas para amenizar as dificuldades que os estudantes relataram. “Estamos idealizando um projeto de gerenciamento de estresse para o corpo social do campus. Ainda são sementes que estamos começando a plantar, temos que regar em 2021”, conta. Na sua opinião, 2020.2 não é uma continuação de 2020. “Nossos estudantes precisam de ajuda. A universidade tem que ter um olhar atento e sensível aos alunos. A gente precisa resgatar o tema ‘ninguém fica para trás’. Agora o foco é como manter a motivação e o entusiasmo numa crise que está durando muito mais do que a gente imaginava”, explica.

Para Sandro Torres, diretor de graduação na Escola de Comunicação, um grande problema do período que se inicia é o calendário. “Ele tem tantos proble-



mas que vários atos acadêmicos foram adiados. Duas semanas de recesso entre um semestre e outro é insuficiente para equacionar todos os problemas, o que está obrigando diretores e chefes de departamento a trabalharem em carga dobrada para dar conta de tudo”, acredita. O professor admite que a direção de graduação dos cursos, por receber demanda de todos os lados, deve ser quem está trabalhando mais no ensino remoto. “Estou doído para dar aula, porque acho que vai ser a hora que eu vou poder viver o que eu curto no meu trabalho. Porque na parte administrativa, tá tiro, porrada e bomba”, conclui. Sandro enxerga uma diminuição de alunos participando nas aulas.

“Imagino que não esteja fácil para as pessoas, com muitos problemas emocionais e financeiros”, pondera. A ECO ofereceu 170 disciplinas em 2020.2, mesmo número que em 2020.1.

Para Júlia Vilhena, diretora do DCE Mário Prata, duas coisas estão sendo essenciais para encerrar o ensino remoto: “Além da organização, ficou claro para mim o quanto é importante buscar maneiras de se manter mentalmente equilibrado. Não tem como lidar com o ensino remoto sem fortalecer o psíquico”, acredita. A estudante lembra que a PR-7 está orientando os alunos com dicas de como se organizar, para se adequar ao processo remoto. “Tudo está relacionado a cuidar da saúde, física e mental”, diz. Ela atrasou a formatura devido ao ensino remoto. “O PLE foi um período bastante reduzido do ponto de vista da oferta de vagas, e eu não consegui cursar disciplina nenhuma. Apesar de termos defendido que era um período opcional, achamos que ele foi

mal estruturado na distribuição de vagas”, afirma. Em 2020.1 e 2020.2, Júlia conseguiu vaga em mais disciplinas, mas admite que essa realidade foi diferente em cada unidade.

Damires França, coordenadora do Sintufjrj, enxerga como maior problema de um novo semestre o acúmulo de funções. “Vejo isso na pele porque há servidores sem acesso à internet, ou sem equipamentos tecnológicos em casa para fazer o trabalho remoto. Os que têm maior familiaridade com a vida digital estão sobrecarregados”, explica. Para ela, trabalhar em frente ao computador é estafante. “Tive que ir ao oftalmologista porque comecei a ter problemas de visão. Tive que gastar com óculos, colírio e estou com síndrome da visão cansada. Tudo isso com meu dinheiro. Uma coisa que poderia acontecer a longo prazo, aconteceu agora na pandemia”, conta. “Está muito complicado, porque ninguém se responsabiliza pela infraestrutura do trabalho remoto”, conclui.

graves em importantes frentes. Um mapeamento da Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) mostrou um discurso coeso, entre pronunciamentos e normas jurídicas, em resposta à covid-19. “Existe um momento, entre final de março e início de abril de 2020, em que prevalece dentro do governo federal a ideia de que a resposta deve ser a imunidade de rebanho por contágio”, disse Deisy Ventura (USP).

A convergência de indicadores alarmantes, como a alta de transmissões, superlotação em hospitais e de mortalidade em diversos estados, hoje, foi explorada pelo pesquisador da plataforma Monitora covid-19 da Fiocruz, Cristovam Barcellos. “Em fevereiro e março, o Brasil todo ficou vermelho”, alertou.

Já a fragmentação das ações junto à população para evitar aglomeração, como isolamento social, fechamento de escolas, lockdown no comércio e afins foi

abordada por Guilherme Werneck, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e pela liderança comunitária do Dona Marta, Itamar Silva. “Isoladamente, essas medidas têm efeito pequeno. Na forma combinada é que você consegue superar o patamar de transmissão para ter um respiro na mortalidade e também no serviço de saúde”, criticou Guilherme. Já Itamar deu ênfase aos gargalos do transporte urbano e da realidade habitacional de “seis a oito pessoas em moradias de dois cômodos”.

A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, participou da discussão sobre o cenário. “Daria para o Brasil não estar passando por essa situação. Isso tem que ficar claro para a população: que essas quase trezentas mil mortes poderiam sim ter sido evitadas. Elas foram evitadas em outros países, inclusive em alguns com uma população maior que a do Brasil”, lamentou.

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

A grandeza da UFRJ extrapola seus muros e pode ser dimensionada não só pelo número de integrantes de sua comunidade universitária, pelos metros quadrados de seus campi, mas, sobretudo, pela qualidade e quantidade de sua produção acadêmica. Grande parte do que professores, estudantes e técnicos realizaram neste último ano foi celebrado na Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC). O evento de cinco dias – de 22 a 26 de março – teve 18 mil pessoas inscritas, 4.340 trabalhos apresentados, 13.716 participantes e dez mil autores. Além disso, 2.348 professores da UFRJ atuaram como avaliadores e orientadores.

O professor titular Carlos Farina de Souza, do Instituto de Física (IF), ressalta o papel da JIC na formação dos estudantes. “O aluno é assistido pelos pares. É o momento de contar o que ele fez, de compartilhar o que aprendeu”, afirma. A iniciação científica, de acordo com o professor, precisa ser mais valorizada. “É o berçário de novos pesquisadores. É bacana ver os olhinhos ali, fascinados, apreciando a discussão em um seminário. E o aluno vai se ambientando à vida acadêmica”, defende. “O filósofo Plutarco já dizia: ‘A mente do aluno não é um vaso que se deve encher, mas uma lareira que se deve acender’. E o papel do professor é acender essa chama”, acredita.

Este ano, o formato remoto trouxe novos desafios. A falta de um sistema próprio da universidade, de desse conta das demandas da JIC, levou a UFRJ a contratar uma ferramenta para a realização do evento. “Essa plataforma foi ruim. Ela não é óbvia. E eu já recebi uns 40 e-mails das pessoas que organizam. Se tem necessidade de tantos e-mails, é porque alguma coisa não está funcionando bem”, considera Farina. “Mas isso não vai tirar o brilhantismo da JIC. Seria muito pior não realizar a jornada”, afirma.

Parte dos problemas se dá



CIÊNCIA QUE VEM DO BERÇO

> Com 4.340 trabalhos apresentados e quase 14 mil participantes, Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural, feita em formato remoto, aproxima alunos e professores e é prova da valorização da pesquisa na UFRJ

“É o berçário de novos pesquisadores. É bacana ver os olhinhos ali, fascinados, apreciando a discussão em um seminário

CARLOS FARINA DE SOUZA
Professor do Instituto de Física

também pelas dimensões da JIC. “Tem sido um desafio fazer tudo isso em meio remoto”, desabafa o professor Benjamin Rache Salles, também do IF. “Tivemos dificuldades técnicas ao longo do evento. Vimos uma certa sobrecarga no sistema, com problemas como avaliador não conseguir entrar na sala, por exemplo”, relata. “É isso é muito relacionado também ao prazo mais curto que tivemos para organizar”, avalia. A submissão de trabalhos desta

“Estudantes de outras instituições, inclusive privadas, vêm nos procurar para tentarem fazer pesquisa na iniciação científica. Algo que valoriza ainda mais a nossa instituição”, diz. “Ter contato com laboratórios é fundamental na formação. A pesquisa desperta o caráter investigativo nos estu-

GISELA DE FIGUEIREDO
Professora do Instituto de Biologia

edição aconteceu em novembro. Comente, as inscrições acontecem entre abril e maio, com apresentações em outubro.

O professor Cláudio Ribeiro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), concorda. “A pressa, sem muita justificativa, trouxe consequências. A primeira delas foi a eliminação dos nossos recessos”. Os principais prazos da JIC coincidiram ou com recessos, ou com inícios de período. “Nem professores nem estudantes conseguiram descansar”, observa. Ele também critica a adoção da nova plataforma. “Passamos a lidar com algo que não estávamos acostumados. A cada novo procedimento, havia muitos e-mails e trocas de informações”.

Para ele, não realizar a JIC “era uma possibilidade”, pelo medo da pandemia. Mas tentar realizar o evento “foi muito significativo”. “É dos momentos mais importantes que temos, de formação de base de futuros pesquisadores e pesquisadoras”. Para ele, a organização deixou a desejar. “Considero um recuo a exclusão da extensão. Outra questão foi a exigência de um número maior de resumos. A JIC passou a assumir um papel de prestação de contas de bolsistas”, pontua.

Todo esse conjunto de desafios, para a professora Thaís Aguiar, do IFCS, torna a realização da jornada uma vitória. “Temos que louvar esse esforço da universidade de realizar a JICTAC. Reflete o desejo da UFRJ de manter suas atividades, seus alunos, os professores engajados na formação de jovens pesquisadores”, considera. “É claro que um evento dessa magnitude traz muitos desafios. Tive problemas para acessar o sistema, a lista dos trabalhos, a programação. A ferramenta escolhida não é muito intuitiva”, critica.

Já a professora Gisela de Figueiredo, do Instituto de Biologia, destaca a força da UFRJ na pesquisa brasileira. “Estudantes de outras instituições, inclusive privadas, vêm nos procurar para tentarem fazer pesquisa na iniciação científica. Algo que valoriza ainda mais a nossa instituição”, diz. “Ter contato com laboratórios é fundamental na formação. A pesquisa desperta o caráter investigativo nos estu-

DEBATE | FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFRJ

GOVERNANÇA INFORMAL PODE SER ALTERNATIVA NA PANDEMIA

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjrj.org.br

Ex-ministro da Saúde (2007-2011) do segundo mandato do governo Lula, o médico José Gomes Temporão propôs uma articulação ampla com foco no combate à pandemia para atuar de forma alternativa às diretrizes federais. O *shadow cabinet* (termo em inglês que pode ser traduzido como gabinete sombra ou gabinete paralelo), segundo Temporão, funcionaria como uma autoridade sanitária de peso que “sinalizasse para a sociedade: o rei está nu, não é por ali, é por aqui”. O ex-ministro foi um dos convidados

dos do debate virtual “Estratégias realistas para o enfrentamento da covid-19”, promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, na noite da segunda-feira (22). O encontro reuniu pesquisadores e movimentos sociais.

O gabinete informal sugerido por Temporão reuniria governadores, prefeitos, entidades da Saúde Pública, da Ciência e da Medicina, partidos políticos, parlamentares, Congresso Nacional e mídia para criar uma governança com foco no combate à pandemia. “Na prática, nós construímos uma governança paralela informal e ampliada do Sistema Único de Saúde, sem governo federal”,

justificou o ex-ministro. Em sua visão, o consórcio Nordeste para vacinas é um exemplo positivo, “mas teríamos espaço para avançar um pouco mais”.

O ex-ministro da Saúde analisou a desarticulação progressiva do SUS no último ano, até a militarização final da pasta. E descartou a hipótese de “erros” ou “incompetência” de gestão: “Existe um método onde se faz um diagnóstico e a partir desse diagnóstico são tomadas medidas nas áreas sanitária, econômica, social e médica. O resultado: trezentos mil mortos”, afirmou.

Pesquisas de diferentes instituições apontaram para erros



JOSÉ GOMES
TEMPORÃO



“Estamos diante de uma situação de naturalização da pandemia onde, paradoxalmente, ela atinge a situação mais crítica. O governo federal aposta na apatia, na insensibilidade, na indiferença”.



DEISY
VENTURA



“A tese da imunidade de rebanho por contágio ofereceu a diversos atores do governo federal uma solução eleitoral, como forma de angariar apoio de setores econômicos importantes”.



CRISTOVAM
BARCELLOS



“Ao mesmo tempo em que se percebe essa ocupação grande dos hospitais, há uma alta na mortalidade e na incidência de casos”.



GUILHERME
WERNECK



“Não existe no Brasil uma ação que tenha sido colocada em prática, nacionalmente ou regionalmente, para contenção da transmissão de forma efetiva”.



ITAMAR
SILVA



“A comunicação efetiva está se dando de novas formas. Como a gente faz para se contrapor e disputar essa comunicação da maneira como ela está acontecendo hoje?”.



PESQUISAS DE VALOR

alguma fonte astronômica que gera partículas cósmicas e essas partículas são lançadas em velocidade altíssima e interagem com outras partículas. O choque gera outras partículas que novamente seguem o movimento de choque, interação e produção de outras. A esse fenômeno damos o nome de chuva cósmica”, diz a aluna, aprovada no mestrado da UFRJ. “Queremos obter a informação do raio cósmico. Mas não conseguimos medi-lo diretamente. Então o fazemos por meio dos chuviscos, que são detectados pelas radiações que eles geram. É uma forma de entendermos nosso universo

CHUVEIROS DE
RAIOS CÔSMICOS

Beatriz de Errico é aluna de graduação em Física da UFMG e orientanda de iniciação científica do professor João Torres, do IF. Seu trabalho apresentado na JIC discutiu o uso de métodos de *deep learning* (aprendizagem profunda em inteligência artificial) para analisar chuviscos de raios cósmicos. Ela explica. “Há

e tentar descobrir de onde vêm essas partículas que chegam até nós desde que o mundo é mundo”.

MICROPLÁSTICOS
EM MARISCOS

A estudante Izabela Maria Ramirez, graduanda em Biologia da PUC-Rio e orientanda de iniciação científica da professora Gisela de Figueiredo, investiga se ostras e mexilhões da Baía de Guanabara estão contaminados por microplásticos. “Fizemos todos os experimentos de digestão do tecido deles. De fato, encontramos microplásticos em todos. Isso mostra o nível da poluição no espelho

d’água, mas também aponta para a insegurança alimentar de seres humanos”, considera a aluna. As consequências para os animais já são conhecidas. “Lesão nos órgãos, diminuição no crescimento, falsa sensação de saciedade, baixo nível de nutrientes. É bem grave”, diz a estudante que apresentou seu trabalho no dia 24.

PLANTA AMAZÔNICA PARA
CÂNCER DE PULMÃO

Isabel Oliveira da Paixão, Jesiel Cardoso, Mara Sílvia Pinheiro Arruda, Alberto Cardoso Arruda e Ivoneide Maria Menezes Barra, orientados pelas professoras

Morgana Castelo Branco e Janaina Fernandes, do Campus Caxias, investigam plantas medicinais como fontes de novas substâncias antitumorais. Isto porque os fármacos mais comuns para tratamento do câncer de pulmão geram fortes efeitos colaterais. Por isso, eles estudam a *Apuleia leiocarpa*, uma planta amazônica conhecida como garapa, para saber se a espécie possui efeitos na redução ou controle de tumores. Eles descobriram que os extratos da casca e do caule da planta foram capazes de combater células de câncer de pulmão. Os resultados foram apresentados na JIC.

Congresso corta mais R\$ 6,8 milhões da UFRJ

> Parlamentares de oposição destacam prejuízos às políticas sociais em plena pandemia, na lei orçamentária. Líder do governo no Congresso sinaliza que verbas da educação superior poderão ser recompostas

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Com uma previsão de receitas já bastante reduzida para funcionar em 2021, a UFRJ perdeu mais R\$ 6,8 milhões de suas receitas discricionárias. Ou seja, da verba voltada para a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas. O corte na maior universidade federal do país foi um dos muitos resultados desastrosos da aprovação da lei orçamentária, dia 25, no Congresso.

A proposta do governo reduzia R\$ 64 milhões da verba discricionária da universidade em relação ao ano passado (de R\$ 374 milhões para R\$ R\$ 310 milhões). Mas, durante a tramitação na Comissão Mista do Orçamento (CMO), a “tesourada” — confirmada depois no plenário — foi ampliada para R\$ 71 milhões. E o montante total caiu para R\$ 303 milhões.

O pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp, lamentou o resultado final. “A situação já era crítica e esperávamos recomposição no Congresso. As



universidades estão com seu funcionamento em risco nestas condições”, disse. “Precisamos da recomposição do orçamento, que já era insuficiente em 2020, mas que ao menos nos permitiria cumprir contratos. Nestas condições, teremos que reduzir ainda mais nossos compromissos, colocando em risco atividades acadêmicas e administrativas”, completou.

Raupp chamou atenção para falsas compensações financeiras. “Existe uma tendência a se buscar uma recomposição por outras vias, como emendas parlamentares. Mas, na prática, perdemos autonomia com isso, pois é um recurso com destinação já predefinida. O que não nos permite fazer os pagamentos de que precisamos”, explicou.

REITORES PREVEEM APAGÃO DO FUNCIONAMENTO

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

O risco é de colapso, avisaram os reitores das universidades federais, uma semana antes de o Congresso confirmar a redução de mais de R\$ 1 bilhão no orçamento da Educação Superior. “Isso inviabiliza o funcionamento das nossas instituições, porque muitas já se mostram em situação de dívidas anteriores, resultado de um orçamento congelado há cinco anos”, alertou o presidente da Andifes, Edward Madureira Brasil (UFG),

durante coletiva de imprensa realizada na quinta-feira (18). Segundo dados da Andifes, os valores destinados às despesas cotidianas acumulam uma perda de 25% apenas nos últimos dois anos. E isso sem considerar a inflação. Em 2020, o orçamento das universidades teve uma queda de 8,64% na variação anual em relação ao ano anterior, retrocedendo de R\$ 6,06 bilhões (2019) para R\$ 5,54 bilhões. “E a universidade pública não parou um minuto sequer nesse um ano de pandemia”, acrescenta o reitor da UFG.

O dirigente também destacou como o corte nas universidades afeta o combate à pandemia. Desde o ano passado, as instituições se tornaram linha de frente na luta contra a covid. Produziram álcool, equipamentos de proteção individual e respiradores, desenvolveram testes de diagnósticos, treinaram profissionais de saúde, assessoraram gestores e realizaram pesquisas sobre o vírus. Além de prestarem atendimento direto ao público. “Os 45 hospitais universitários foram, são e serão decisivos



DEBATE

A votação demonstrou a influência que o governo Bolsonaro mantém sobre a maioria dos deputados e senadores. O documento recebeu 346 votos favoráveis, 110 contrários e uma abstenção, na Câmara; e 60 favoráveis, 12 contrários e uma abstenção, no Senado. Parlamentares de diversos partidos destacaram os prejuízos às políticas de Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Saúde, entre outras áreas. Por outro lado, sobraram críticas à preservação de vultosos investimentos na construção de submarinos e aquisição de aeronaves de caça, na pasta da Defesa.

Na proposta do governo enviada ao Congresso, as universidades já sofriam uma perda de R\$ 1 bilhão em relação do ano passado. Ainda na semana passada (veja abaixo), a associação dos reitores (Andifes) denunciou o risco de colapso das atividades acadêmicas e administrativas, se a redução fosse confirmada pelos parlamentares. Mas a situação piorou durante a tramitação da matéria: o relator da Comissão Mista de Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), subtraiu ainda mais recursos das instituições.

“Segundo a Andifes, não vamos conseguir manter as universidades funcionando a partir de agosto”, criticou a deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO). “Educação não é questão de preferência. É uma área estratégica”. A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) observou que há aproximadamente um ano o país está em guerra contra o coronavírus. “Mas o governo Bolsonaro, quando lembra de guerra, só vê governo e farda e isso se reflete no orçamento”, disse, em referência aos R\$ 8,3 bilhões de investimentos previstos para o Ministério da Defesa. E a reserva de R\$ 7,1 bilhões para reajuste dos militares, enquanto o funcionalismo público está com salários congelados. Gervásio Maia (PSB-SP) foi enfático: “No meio de uma pandemia, sem vacinas e leitos, faltando oxigênio, pessoas morrendo

na porta dos hospitais, vamos aprovar R\$ 8 bilhões para a Defesa? R\$ 2,9 bilhões para submarinos e caças? Esses números não podem estar certos”, disse. O deputado Nilto Tatto (PT-RS) criticou o subfinanciamento dos mecanismos de proteção ao meio ambiente: “Todos vêm acompanhando, nos últimos anos, o aumento exponencial do número de queimadas e desmatamentos. Isso é consequência de uma falta de política ambiental. Nos últimos dois anos, no orçamento da área ambiental, temos uma redução de quase 40%”, disse.

OBSERVATÓRIO PRESSIONOU

O Observatório do Conhecimento, rede de associações e sindicatos docentes formada para defender as universidades públicas, promoveu a campanha “Educação tem valor”, ao longo da tramitação do orçamento. Deputados e senadores foram pressionados com mensagens em suas redes sociais para recompor as verbas da educação superior.

Diretor da AdUFRJ — que integra o Observatório —, o professor Josué Medeiros ressaltou as dificuldades da iniciativa durante a pandemia. “Sem atividades de rua e sem poder pressionar lá, no dia a dia do Congresso, tudo fica mais difícil. Nossa voz aparece forte nas redes, mas o que pressiona mesmo é quando juntamos ruas e redes”, disse. “O orçamento aprovado para 2021 com corte nas verbas da Saúde, Educação e das universidades, em plena pandemia, reforça o quanto esse governo negacionista quer destruir o Brasil”, avaliou Josué. “O pior é o Congresso aceitar ser cúmplice desse projeto”.

O professor destacou que a pressão sobre o Congresso deve continuar e ainda pode dar resultado. “O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), já anunciou que quer conversar com os presidentes da Câmara e do Senado sobre essa recomposição. É hora de intensificar a pressão sobre os deputados e senadores”, disse. “Precisamos cobrá-los para que não sejam parceiros de Bolsonaro na destruição do país”, completou. (colaborou Elisa Monteiro)

continuam. O que vimos foi um acréscimo importante no fluxo de pacientes de covid-19 que demanda leitos isolados e um aumento do custo hospitalar, que dependem do orçamento da universidade”.

A preocupação em relação ao destino da assistência estudantil também tira o sono dos reitores. O impacto previsto é uma redução de 20% para valores ou tempo de duração das bolsas. Representantes de universidades de diferentes regiões do país dizem temer retrocessos nas políticas de inclusão social praticadas no país, nos últimos anos, a partir da implantação do sistema de cotas.

Preta de orgulho: nasce coletivo de docentes negros

> Criação de comissão para fortalecer políticas antirracistas, garantia de cotas raciais obrigatórias na pós e valorização da memória docente negra são algumas das reivindicações. AdUFRJ apoia iniciativa

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

Um momento singular na história da UFRJ. Assim descreveu o professor Vantuil Pereira, um dos idealizadores do Coletivo de Docentes Negros da UFRJ, movimento recém-criado que, na última segunda-feira, 22, entregou à reitoria um manifesto com uma série de reivindicações para reduzir o racismo na universidade e ampliar a participação negra na vida acadêmica. “Estamos todos em casa, com mais de 300 mil mortos. É um momento singular na história. Mas nesse mesmo momento é possível propor uma universidade antirracista, e nós temos essa oportunidade de dar um passo adiante”, afirmou Vantuil. “Queremos enfrentar o racismo na universidade, mas também pensamos para fora da UFRJ. O exemplo que foi dado aqui poderá ser dado a outras universidades”, explicou.

O manifesto foi assinado inicialmente por 59 professores negros das mais diversas áreas — a única pessoa branca que assinou foi a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, representando o sindicato dos professores. O documento ainda está disponível para mais adesões e o link está no fim desta reportagem.

O texto propõe uma série de medidas, entre elas, a criação da Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Políticas Antirracistas da UFRJ, vinculada ao gabinete da reitora, realização de mapeamento étnico-racial da comunidade acadêmica e implantação de cotas em todos os concursos e na pós-graduação.

Jorge Marçal, um dos coordenadores do Coletivo, acredita que o primeiro ponto é entender o lugar da UFRJ na luta antirra-



DE MINERVA A DANDARA

Para além das mudanças estruturais sugeridas pelos docentes negros da universidade, a emblemática Minerva centenária foi repaginada pelo grupo. O símbolo, criado em 1935, com a figura da deusa romana das artes e da sabedoria, recebeu alterações mais compatíveis com a pluralidade racial da universidade. Alexandre Brasil Fonseca, professor e diretor do Instituto Nutes, foi quem concebeu a nova marca em diálogo com outros docentes. Em sua criação foi mantido o suporte na parte inferior, numa referência à tradição europeia-colonial que esteve na origem e permanece até os dias de hoje na universidade, marca de sua branquitude. No lugar da Minerva, com as cobras e a efígie da cabeça de Medusa em sua armadura, foi colocada Dandara, mulher preta com colares, brinco, turbante e pintura corporal indígena e que segura um Mbaraká. Saiba mais em: <https://conexao.ufrj.br/2021/01/22/uma-marca-para-docentes-negras-e-negros-da-ufrrj/>

cista. “As instituições de ensino são instituições de produção política, que no seu dia a dia promovem formas de ser e estar no

mundo. A UFRJ tem necessidade de tomar posição nessa questão internamente”, qualificou. Para Marçal, o debate racial é prioritá-

rio na universidade. “A gente está numa conjuntura em que essa pauta não pode mais ser ignorada, é uma pauta que vem sendo

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

1. Criar Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Políticas Antirracistas da UFRJ, vinculada ao gabinete da reitora, com representações do Coletivo de Docentes Negras/os, da Câmara de Políticas Raciais e da Comissão de Coletivos Negros discentes.
2. Realizar mapeamento étnico-racial para identificar a distribuição de docentes negros/os e indígenas entre as diferentes

unidades da UFRJ, e também de bolsistas de extensão, de iniciação científica e de pós-graduandos.

3. Ampliar e fortalecer políticas públicas para destinar bolsas de extensão e de iniciação científica, artística e cultural para estudantes de graduação negros/os

4. Garantir acompanhamento e implementação da resolução do Consuni/15/2020, que torna efetiva a reserva de 20% das vagas em

concursos de magistério superior para negros/os, prevista pela Lei 12.990/2014

5. Tornar obrigatória a reserva de vagas para negros/os e indígenas nos processos seletivos para ingresso de discentes em todos os programas de pós-graduação da UFRJ.

6. Constituir, no âmbito da PR-2, uma comissão de acompanhamento das ações afirmativas na

pós-graduação

7. Propor ações de visibilização, de reconhecimento e de valorização da memória da produção acadêmica e tecnológica de docentes negros/os e indígenas da UFRJ

8. Demandar inclusão de disciplinas e conteúdos destinados a preparar estudantes de licenciatura da UFRJ para implementar o artigo 26 da Lei 9394/1996, que instituiu a obrigatoriedade

lembrada sempre nos conselhos superiores”, afirmou.

Há mais de 20 anos lecionando na UFRJ, Nedir Espírito-Santo, do Instituto de Matemática, quer agilidade nas questões propostas pelo Coletivo. “É preciso envolver várias pró-reitorias. “É um movimento que vai contribuir para a criação de grupos que irão estabelecer elementos para uma mudança estrutural na universidade”, disse.

A reitora Denise Pires de Carvalho demonstrou apoio ao movimento, e acredita que, em relação à política racial, a universidade está no meio do caminho. “Temos um fórum de políticas raciais associado à PR-4 e às comissões de heteroidentificação. Vamos conversar com muita tranquilidade, garantir os avanços e não permitir retrocessos”, declarou. Para a reitora, é fundamental que essa institucionalização aconteça de uma forma que sobreviva para além da sua gestão.

LEVANTAMENTO

No Consumi da quinta-feira (25), o professor e conselheiro Vantuil Pereira falou sobre o manifesto entregue à reitora. Ele pediu que o documento fosse encaminhado aos conselheiros e que esteja aberto a subscrições “de todos aqueles que entendem que a luta antirracista é uma luta da universidade, de todos aqueles que almejam um Brasil justo, igualitário para todos e todas”. No levantamento étnico-racial feito pelo professor com o apoio da PR-4, dos 1.560 docentes que responderam ao questionário, 323 se consideram pretos ou pardos. Ou seja: 20% do corpo docente é parte inerente desta luta. Para assinar o manifesto, acesse (<https://bit.ly/3w1EvD6>).

do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar.

9. Inserir políticas de acolhimento de saúde mental para docentes negros/os e indígenas da UFRJ.

10. Atuar de forma ativa e intencional, visando à promoção de articulação, sobretudo no que for discutido pela Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Políticas Antirracistas da UFRJ.



TERCEIRIZADOS receberam 50 cestas básicas no dia 7 de abril



ADUFRJ contribuiu com 100 cestas básicas para CAP

AdUFRJ amplia ações de solidariedade na pandemia

> Sindicato tem participado ativamente de projetos de apoio aos mais atingidos pelos reflexos da crise sanitária, com doações de cestas básicas e parcerias com entidades da sociedade civil

KIM QUEIROZ
comunica@adufjrj.org.br

O gesto de entender as mãos é hoje um ato necessário. Desemprego, inflação e falta de proteção social por parte do governo federal, no auge da pandemia de covid-19 no país, são algumas das razões que fazem da solidariedade uma pauta urgente. Tendo em vista essa preocupação com as condições socioeconômicas de muitos trabalhadores, a AdUFRJ vem se empenhando em oferecer ajuda a quem precisa. Por meio da doação de cestas básicas, itens de higiene pessoal e recursos financeiros, o sindicato conta com a parceria de outras entidades do setor para fornecer suporte à comunidade acadêmica e a toda a sociedade.

O crescimento da pobreza ao longo da pandemia gera consequências dramáticas, como aponta um estudo recente da agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que revela uma triste realidade brasileira: há cerca de cinco milhões de pessoas desnutridas hoje no país. Diante desse cenário, a AdUFRJ se uniu à campanha “Cozinhas Solidárias”, lançada este mês pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). “A ideia da Cozinha Solidária vem da experiência do movimento com as cozinhas das ocupações, que nós consideramos o coração das



Nesse momento de crise da democracia e de um governo que substitui a solidariedade pela violência, nosso engajamento nessas ações se tornou ainda mais central

JOSUÉ MEDEIROS
Professor e diretor da AdUFRJ

ocupações. É onde as pessoas se reúnem para conversar e se alimentar, e onde o trabalho coletivo acontece de uma forma muito intensa e rica”, explica Danilo Pereira, da coordenação nacional do MTST.

A unidade do projeto no Rio se localiza em São Gonçalo, na Região Metropolitana, o segundo município mais populoso do estado. No ano passado, quando oferecia apenas almoço aos domingos, a Cozinha de São Gonçalo chegou a servir 400 refeições em um único dia. Ela será reinaugurada neste sábado (27), com o seu atendimento ampliado graças ao novo projeto. “A AdUFRJ apostou na nossa iniciativa, e contribuiu com insumos e alimentos suficientes para um mês de café da manhã. São cerca de 120 pessoas por dia, de segunda a sexta, que recebem o café da manhã preparado na nossa cozinha”, ressalta Danilo.

O projeto prevê a construção de 16 cozinhas solidárias em 11 estados do país. “Nosso objetivo é apoiar não apenas com ajuda financeira, mas com a nossa presença e solidariedade coletiva lá no território. A pandemia por enquanto nos impede de exercer essa presença”, comenta Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ.

Já nos primeiros meses da pandemia, as entidades representativas da UFRJ foram protagonistas na organização de doações emergenciais. Professores, técnicos, terceirizados e estudantes criaram uma rede de solidariedade unificada: o Formas, Fórum de Mobilização e Ação Solidária da UFRJ. Uma das primeiras ações conjuntas do fórum foi a compra e a distribuição de cestas básicas e kits de higiene com máscaras e álcool para terceirizados e estudantes em situações mais vulneráveis. Desde então, essas campanhas de doação já possibilitaram a entrega de centenas de cestas básicas para diferentes grupos.

“Um pacto coletivo, mais justo e igualitário, tem na solidariedade um dos seus valores principais e, por isso, nesse momento de crise da democracia e de um governo que substitui a solidariedade pela violência, nosso engajamento nessas ações se tornou ainda mais central”, aponta Josué. A AdUFRJ e o Sintufrj se mobilizaram no final de 2020 para realizar o projeto “Natal Sem Fome”. Na ocasião, foram distribuídas cestas básicas para cerca de 300 trabalhadoras e trabalhadores de várias empresas terceirizadas, ligados



à Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (AT-TUFRJ). As cestas traziam um artigo de Natal, que podia ser

um frango congelado ou um panetone, e viabilizou um Natal digno para essas famílias.

Outra parcela da população que tem recebido esse auxílio é formada por estudantes do ensino básico e superior. Famílias de alunos e terceirizados do Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp) foram beneficiadas com a doação de 100 cestas básicas em abril de 2020, a partir de uma iniciativa coordenada por um grupo de docentes da escola em parceria com a AdUFRJ. No mesmo mês, o sindicato doou também 30 cestas básicas para o Diretório Central dos Estudantes, o DCE Mário Prata. Já em dezembro, uma outra leva de doações do sindicato contemplou tanto o DCE da UFRJ quanto o da Unirio.

Em novembro do ano passado, a rede de solidariedade da AdUFRJ também direcionou 20 mil reais em doações de água e cestas básicas para o Amapá, quando a população do estado sofreu com uma longa queda de energia. Só em 2020, o sindicato aplicou mais de R\$ 400 mil na compra e na logística de entrega das doações para todas essas campanhas. Nos primeiros três meses de 2021, esses investimentos já passam de R\$ 20 mil. “É absolutamente fundamental que façamos e mantenhamos nossas ações de solidariedade. A categoria docente também está sofrendo com a pandemia, mas se existem pessoas em situação pior, e nós sabemos que existem, é nosso dever colaborar para aliviar esse sofrimento”, afirma Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ.